



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO



CONTRATO Nº 02/ 2018 - MEJC

Contrato que entre si celebram a EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, FILIAL MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO - MEJC e a Empresa NEUZA DE MELO SOBRINHO - ME, nos termos do Pregão Eletrônico nº 23/2017-UNIVASF, para o fim que especifica.

CONTRATANTE: A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH, FILIAL MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, situada à Av. Nilo Peçanha, 270 - Petrópolis, nesta cidade de Natal/RN, inscrita no CNPJ sob nº 15.126.437/0013-87, neste ato representada pelo Superintendente Luiz Murillo Lopes de Britto, brasileiro, portador do RG nº [REDACTED] inscrita no CPF nº [REDACTED], nomeado através da Portaria nº 209/2017-EBSERH de 01 de setembro de 2017, publicada no DOU nº 170 de 04/09/2017, e por seu Gerente Administrativo DILSON DE ANCHIETA RODRIGUES, brasileiro, portador do RG nº [REDACTED] inscrito no CPF nº [REDACTED] nomeado através da Portaria nº 296/2014, publicada no Boletim de Serviço nº 41, de 02 de junho de 2014.

CONTRATADA: A Empresa NEUZA DE MELO SOBRINHO – ME, com sede na Rua São Miguel, 485-A, afogados, Recife/PE, CEP 50.770-720, inscrita no CNPJ sob o nº 05.039.025/0001-12, neste ato representada por sua sócia a Senhora NEUZA DE MELO SOBRINHO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº [REDACTED] inscrita no CPF sob o nº [REDACTED].

O presente instrumento será regido pelos seguintes regramentos legais: será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2002, pelo Decreto-lei 5.450 de 31 de maio de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2005, Decreto nº 3.555 de 8 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 9 de agosto de 2000, e demais leis correlatas e aplicando ainda subsidiariamente a Lei 8.666/93

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1. Prestação de serviços de locação de equipamentos de informática (impressoras e leitores

de código de barras) com insumos inclusos, compreendendo o serviço de impressão, entrega, instalação e manutenção dos equipamentos (impressoras, térmicas, de etiquetas, de pulseira e leitores de códigos de barras), incluso ainda a reposição de peças e suprimentos, abrangendo software com respectivas garantias, instalação, suporte técnico, treinamento, manutenção e tudo que se fizer necessário para o perfeito funcionamento dos serviços ora exigidos, com assistência técnica e lógica no local da prestação do serviço, visando suprir as demandas da Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC.

1.2 A prestação do serviço em tela obedecerá ao disposto neste Contrato, bem como o disposto no Edital, no Termo de Referência, e seus anexos. Os materiais a serem adquiridos estão descritos abaixo:

EMPRESA: Neuza de Melo Sobrinho - ME			CNPJ : 05.039.025/0001-12		
Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unit/mês	Valor Global R\$
1	Impressora Código de barras marca Zebra, Mod. GC420.	UND/MÊS	168	R\$ 105,00	17.640,00
2	Impressora de pulseira marca Zebra, modelo HC100, pulseiras com fechamento com adesivo (Z-Band Direct) ou clip (Z-Band QuickClip), Tamanhos: Adulto – Infantil – Neonatal, cores: 6 opções.	UND/MÊS	96	R\$ 195,00	18.720,00
3	Impressora térmica não fiscal, marca DARUMA, modelo DR800.	UND/MÊS	180	R\$ 51,00	9.180,00
4	Leitor manual de código de barras bidimensionais, sem fio, marca Honeywell, modelo Xenon 1902 – Bluetooth 2.1.	UND/MÊS	360	R\$ 180,00	64.800,00
5	Impressão de uma pulseira incluído todo insumo necessário compatível com a impressora do item 02	IMPRES/MÊS	43.200	R\$ 1,50	64.800,00
	Impressão de uma				

6	etiqueta 33x22mm com ribbon, com todo insumo necessário.	IMPRES/MÊS	450.000	R\$ 0,013	5850,00
7	Impressão de uma etiqueta térmica 55x27, com todo insumo necessário.	IMPRES/MÊS	280.000	R\$ 0,023	6.440,00
8	Impressão de uma etiqueta térmica 100x25, com todo insumo necessário.	IMPRES/MÊS	280.000	R\$ 0,0277	7.756,00
9	Impressão de uma etiqueta térmica 50x30, com todo insumo necessário.	IMPRES/MÊS	200.000	R\$ 0,023	4.600,00
10	Impressão de um metro de tickets em papel térmico 80mm, com todo insumo necessário.	IMPRES/MÊS	36.000	R\$ 0,25	9.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – Prazos e da Entrega/execução/condições de recebimento

2.1. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação do serviço em até 45 (Quarenta e Cinco) dias contados a partir da solicitação oficial;

2.2 Os serviços serão prestados na MEJC/EBSERH, conforme endereço constante no quadro abaixo.

EBSERH – FILIAL : MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO
Av. Nilo Peçanha, nº 270, Petrópolis, Natal- RN. CEP : 59.012-300

2.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto será da seguinte forma:

2.4 O objeto adjudicado será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da prestação do serviço, para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho ou outro instrumento hábil. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento;

b) definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

2.5 Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na prestação do serviço, fica o fornecedor obrigado a efetuar as correções necessárias, sem ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo único – O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal do fornecedor.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Garantia da Assistência

EXIGIDO PARA ESTE CONTRATO SIM (X) NÃO ()

A presente assistência técnica será de acordo com o termo de referencia.

3.1. Sobre a Garantia:

3.1.1 Para a solução envolvida na contratação, a Contratada deverá prestar garantia de funcionamento dos objetos durante o período de 12 (doze) meses, a partir da emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO atestando o correto e pleno fornecimento do objeto contratado;

3.1.2 Prazo de Garantia de Funcionamento é o período em meses, dentro do qual, nas condições registradas na Proposta Técnica e constantes do respectivo Termo de Garantia, a CONTRATADA compromete-se em manter os objetos por ela fornecidos em perfeito funcionamento, configurados da forma especificada e nas condições e configurações constantes deste Termo de Referência.

3.1.3 A garantia deverá ser prestada no local onde o objeto for instalado ou entregue;

3.1.4 Para efeito de cumprimento da garantia, quando da instalação dos objetos, a empresa CONTRATADA deverá utilizar método de lacre ou outros meios que garantam a identificação da violação dos objetos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao objeto. Toda operação de lacre ou outros meios do objeto, deveram ser identificadas na ordem de serviço, ou documento equivalente, da empresa responsável pela instalação/manutenção do objeto, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento. Cópias desses documentos devem ser entregues aos responsáveis do CONTRATANTE e da CONTRATADA no ato da assinatura;

3.1.5 No período de garantia é admitida a troca dos objetos defeituosos por outros iguais ou de superiores, desde que aprovado pela CONTRATANTE;

3.1.6 Para os objetos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os mesmos estiverem conforme exigidos por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas às das instaladas em fábrica;

3.1.7 A CONTRATADA poderá requerer isenção do compromisso de garantia sobre o objeto quando estiver (em) com o lacre ou outros meios de garantia violados e sua composição divergente da amostra entregue como referência para a Contratante.

CLÁUSULA QUARTA – Da Vigência Contratual

4.1. O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses, podendo o prazo ser prorrogado, por igual período, obedecendo-se o prazo máximo de 60(sessenta) meses, ou ser rescindido, se assim for da vontade das partes, de acordo

com a lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA QUINTA – Da Prorrogação

5.1. Não obstante comprovada a vantagem na prorrogação do contrato, a MEJC/EBSERH deverá:

I - Assegurar-se de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação; e

II - Realizar a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

5.2 A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:

I - Os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou

II - A contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio MEJC-EBSERH, enquanto perdurarem os efeitos da suspensão.

5.3 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA SEXTA – Da garantia de execução do contrato

EXIGIDO PARA ESTE CONTRATO SIM (X) NÃO ()

6.1. A CONTRATADA para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas na contratação proveniente deste processo licitatório, deverá prestar garantia equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da MEJC/EBSERH, contado a partir do conhecimento, pela CONTRATADA, da notificação emitida pelo MEJC/EBSERH, podendo ser registrada no Termo de Contrato, sob pena de inoccorrência caracterizar-se infração contratual grave, ensejadora de imediata rescisão do contrato, respondendo a CONTRATADA por perdas e danos, em conformidade com o que estabelece o artigo 56, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e suas atualizações, e a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, e suas atualizações.

6.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

6.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.3 A garantia será efetuada, a critério da adjudicatária, em uma das seguintes modalidades: a)

caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; b) seguro-garantia; c) fiança bancária.

6.1.4 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

6.1.5 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato; c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

6.1.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.4 acima, mencionados no art. 19, XIX b, da IN SLTI/MPOG 02/2008.

6.1.7 Quando a garantia for prestada em dinheiro, o depósito deve ser realizado obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, tendo como beneficiário o MEJC/EBSERH..

6.1.8 Quando a caução for em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definição do Ministério da Fazenda. (Lei nº11.079, de 30 de dezembro de 2004).

6.1.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.1.10 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação a cargo da CONTRATADA, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias corridos, contado da data em que for notificada pela MEJC/EBSERH, sob pena de infração contratual.

6.1.11 A MEJC/EBSERH não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

6.1.11.1. Caso fortuito ou força maior;

6.1.11.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

6.1.11.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

6.1.12. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

6.1.13 Não serão aceitos seguro-garantia ou carta fiança bancária que contenha regra de exclusão da cobertura de multas.

6.1.14 Ocorrendo a rescisão unilateral e injustificada do contrato, a Administração reterá a garantia prestada pela CONTRATADA e, após competente processo administrativo para apuração dos danos e prejuízos sofridos, ressarcir-se-á do valor apurado, inclusive correspondente a multas aplicadas.

6.1.15. Será considerada extinta a garantia:

6.1.15.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da

CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.1.15.2. No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações da Contratante

- 7.1. Designar responsáveis para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;
- 7.2 Fiscalizar, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, devendo comunicá-las, por escrito, à Contratada para correção das irregularidades apontadas;
- 7.3 Comunicar, por escrito, diretamente à Contratada, todas e quaisquer irregularidades ocorrida com relação à execução do serviço objeto deste instrumento, a fim de que sejam tomadas as devidas providências;
- 7.4 Fornecer todas as informações necessárias à realização da movimentação bem como ao transporte de produtos/materiais nas dependências do MEJC/EBSERH;
- 7.5 Designar pessoa para acompanhar a operação de movimentação e transporte dos produtos/materiais supracitados;
- 7.6 Receber Nota Fiscal e atestar conformidade com as solicitações;
- 7.7 Promover, através de seu gestor ou fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais, no tocante aos aspectos quantitativos e qualitativos, registrando as falhas detectadas.
- 7.8 Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula décima quarta do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades legais;
- 7.9 Notificar imediatamente à CONTRATADA sobre falhas, defeitos ou irregularidades observados na execução do Contrato;
- 7.10 Impugnar os serviços que não forem realizados a contento, ficando a CONTRATADA na obrigação de realizar novo serviço, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Das Obrigações da Contratada

- 8.1. Utilizar exclusivamente, pessoal habilitado à prestação dos serviços para os quais se obrigou;
- 8.2 Realizar a entrega dos materiais dentro das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato decorrente dele, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinente;
- 8.3 Fornecer os materiais de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.
- 8.4 Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro



benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição de bens e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora, respondendo ainda pelos danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus funcionários durante o fornecimento ou a prestação dos serviços;

8.5 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados aos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

8.6 Manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.7 Todos os profissionais da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados e uniformizados.

8.8 A CONTRATADA deverá prestar todas as informações sobre os objetos.

8.9 A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sinequanon para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.

8.10 Em havendo cisão, incorporação, fusão ou mudança da razão social da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.

8.11 Para averiguação do disposto no item "8.10." a empresa resultante de qualquer das operações comerciais ali descritas fica obrigada a apresentar, imediatamente, a documentação comprobatória de sua situação.

8.12 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.13 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

8.14 A CONTRATADA adotará procedimentos de sustentabilidade ambiental na administração de seus recursos materiais e humanos, conforme Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos no 12.305/10 e a Resolução no 307/02, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e art. 4º, §§ 2º e 5º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01/2010, no que for cabível.

8.15 Indicar, formalmente, observado o art. 68, da Lei nº 8.666, de 1993, Preposto para acompanhar a execução dos serviços e responder perante a CONTRATANTE, bem como seu substituto, em casos de ausências e impedimentos.

8.16 Toda informação referente às áreas de TI de cada Órgão que a CONTRATADA, seus Prepostos e Técnicos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços contratados, não poderá, sob hipótese nenhuma, ser divulgada a terceiros.

8.17 Usar obrigatoriamente nome, logo e identificação da diretoria responsável pelo contrato,



bem como da EBSEH/MEJC em todos projetos, impressões, relatórios, mídias, CDs, DVDs, pastas, processos e cabeçalhos, destacando a CONTRATANTE em todo material ou produto.

8.18 Usar obrigatoriamente nome, logo e identificação da diretoria responsável pelo contrato, bem como da EBSEH/MEJC em todos projetos, impressões, relatórios, mídias, CDs, DVDs, pastas, processos e cabeçalhos, destacando a CONTRATANTE em todo material ou produto.

8.19 Não divulgar informações, conceder entrevistas ou qualquer tipo de divulgação na mídia geral sobre projetos da EBSEH/MEJC sem alinhamento prévio com a diretoria/chefia a que se reporta. Não utilizar a marca EBSEH/MEJC sem alinhamento prévio e autorização da CONTRATANTE.

8.20 Alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados.

8.21 Gerenciar o estoque mínimo de insumos nas dependências do MEJC/EBSEH, garantindo que o tempo de ressurgimento não seja tão dilatado (suprimento máximo para uma semana), o que evitará grande quantidade de itens a serem armazenados. Esta medida visa coibir a criação de espaço para este fim, o que poderá ser rejeitado pelo Gestor do Contrato.

8.22 Monitorar remotamente o nível dos insumos e funcionamento dos equipamentos, privilegiando ações proativas e ininterruptas para a execução do serviço de impressão.

8.23 Garantir funcionamento dos equipamentos de impressão em áreas críticas e de funcionamento ininterrupto, como urgência e emergência do hospital, antecipando manutenções preventivas em vésperas de feriados e/ou finais de semana.

8.24 A contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

PARÁGRAFO ÚNICO: a empresa vencedora obriga-se ainda a atender a todos os dispostos no edital e todos os anexos.

CLÁUSULA NONA—Da Fiscalização

9.1. Nos termos do art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE designará representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

9.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

9.3 A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, os bens e serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

9.4 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

9.5 O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.6 Metodologia de Avaliação da Qualidade

9.6.1 Todo o trabalho realizado pela CONTRATADA estará sujeito à avaliação técnica, sendo



homologado quando estiver de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo Órgão, mediante Termo de Aceite Provisório (ANEXO VI) e, posteriormente, o Definitivo (ANEXO VII);

9.6.2 Serão utilizados como critérios de aferição dos resultados os Níveis Mínimos de Serviço Exigidos que são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela CONTRATANTE, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade e escopo;

9.6.3 Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e características dos serviços a serem contratados, para os quais serão estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA. Esses indicadores serão expressos em unidade de medida como, por exemplo: percentuais, tempo medido em horas ou minutos, números que expressem quantidades físicas, dias úteis e dias corridos;

9.6.4 A apuração dos níveis de serviço não considerará os períodos de indisponibilidades justificadas, que podem decorrer de:

9.6.5 Períodos de interrupção previamente acordados;

9.6.7 Interrupção de serviços públicos essenciais à plena execução das atividades (exemplo: suprimento de energia elétrica);

9.6.8 Motivos de força maior (exemplo: enchentes, terremotos ou calamidade pública).

9.6.9 As glosas por não atendimento às metas aqui estabelecidas obedecerão os critérios definido no Item 8 deste Termo de Referência.

9.6.10 Níveis de Serviço

9.6.11 Da implantação da solução:

9.6.12 A CONTRATADA deverá atender, no mínimo, aos seguintes níveis de serviços na fase de implantação da solução, ou seja, imediatamente após a assinatura do contrato:

Id	Etapas/fase/item	Indicador	Valor Máximo aceitável
1	Levantamento das características das instalações onde serão instalados os equipamentos, da demanda de impressão, da quantidade de usuários e todas as outras informações necessárias para a implantação da solução;	Prazo: em dias úteis, após assinatura do contrato	3
2	Construção e apresentação, por parte da CONTRATADA, do plano de implantação à CONTRATANTE;	Prazo: em dias úteis, após a finalização do levantamento descrito no Item 1	3
3	Ajustes e aprovação do plano de implantação em comum acordo por ambas as partes;	Prazo: em dias úteis, após conclusão do Item 2	5
4	Instalação, testes e implantação da solução de impressão completa por parte da CONTRATADA;	Prazo: em dias úteis, após conclusão do Item 3	30

9.6.13 Da manutenção preventiva e reposição de suprimentos:

9.6.14 Após a implantação da solução, a CONTRATADA deverá prestar serviço contínuo de

manutenção preventiva e reposição de suprimentos e atender, no mínimo, aos seguintes níveis de serviços:

Id	Etapa/fase/item	Indicador	Valor Máximo aceitável
5	Solicitação à CONTRATANTE de instruções específicas necessárias para a realização dos serviços;	Prazo: em dias antes do previsto para execução dos Serviços	5
6	Manutenção preventiva dos equipamentos de impressão, a fim de evitar problemas. Estão incluídas aqui tarefas como limpeza externa, limpeza interna, limpeza do caminho do papel, do rolo de coleta, da área do cartucho etc.	Frequência	Semestral
7	Manutenção do estoque de suprimentos, peças e equipamentos reservas necessários para o cumprimento do contrato;	Frequência	Frequência: Contínua
8	Retirada dos suprimentos ou peças vazios, já utilizados ou defeituosos das dependências da CONTRATANTE;	Frequência	Nas substituições dos suprimentos ou nas Manutenções.

9.6.15 Da manutenção corretiva e reinstalação e substituição de equipamentos:

9.6.16 Após a implantação da solução, a CONTRATADA deverá prestar serviço contínuo de manutenção corretiva, reinstalação de equipamentos e substituição de equipamentos após detecção e comunicação de problema por parte da CONTRATANTE;

9.6.17 Considera-se para a realização de manutenção corretiva a re-operacionalização completa ou a substituição do equipamento locado por outro de, no mínimo, capacidade e qualidade equivalentes;

9.6.18 Nos casos de substituição de equipamentos que possuem mecanismos de armazenamento interno dos documentos impressos, copiados ou digitalizados, como discos rígidos ou outros meios de armazenamento não volátil, a CONTRATADA deverá realizar a completa exclusão dos dados previamente à retirada do equipamento, com a posterior comprovação por técnicos da CONTRATANTE;

9.6.19 A CONTRATANTE irá considerar o problema efetivamente concluído quando sua equipe técnica receber a confirmação pelo usuário da conclusão do chamado. O chamado rejeitado pela equipe será reaberto, quantas vezes forem necessários, não cabendo ônus pelos reclamados. Os prazos são definidos em relação ao instante da comunicação do problema;

Id	Etapa/fase/item	Indicador	Valor Máximo aceitável
10	Mudança de local e reinstalação de equipamentos;	Prazo: em dias úteis*	2
11	Reposição de suprimentos	Prazo: em horas úteis	6

	utilizados até o fim, devido à falha no serviço reposição continua antes de seu término;		
12	Atendimento de chamados de manutenção corretiva de qualquer equipamento pertencente à solução**;	Prazo: em horas úteis	2
13	Restabelecimento das perfeitas condições de funcionamento do equipamento de impressão**;	Prazo: em horas úteis após atendimento ao chamado	4
14	Substituição de equipamento de impressão em manutenção por outro com características semelhantes e em perfeito estado de funcionamento**;	Prazo: em horas úteis após término do prazo estabelecido no item anterior	12
15	Substituição imediata de equipamento de impressão sem capacidade plena de funcionamento por outro com características semelhantes e em perfeito estado de funcionamento;	Quantidade de manutenções corretivas	2 (duas) vezes em intervalos de 30 (trinta) dias

* Prorrogável pelo mesmo período mediante prévia justificativa da CONTRATADA e aceitação da CONTRATANTE.

** Excetuando-se os equipamentos destinados a áreas críticas (neste caso o prazo não poderá ser superior a 30 minutos).

9.6.20 Da capacitação e transferência de conhecimento:

9.6.21 Previamente às primeiras instalações, com intuito de habilitar a equipe técnica da CONTRATANTE para o atendimento de primeiro nível a seus usuários, a CONTRATADA deverá efetuar o repasse de conhecimento que contemple ações de baixa complexidade, como:

9.6.22 Utilização básica e operação dos equipamentos;

9.6.23 Solução de defeitos comuns, como atolamento de papel;

9.6.24 Troca de suprimentos;

9.6.25 Quaisquer outras ações julgadas pertinentes.

9.6.26 Para tanto a CONTRATADA deverá executar as atividades abaixo atendendo, no mínimo, aos seguintes níveis de serviços:

Id	Etapa/fase/item	Indicador	Valor Máximo aceitável
16	Promoção de instrução e treinamento técnico, arcando com todas as despesas, ao pessoal de operação indicado pela CONTRATANTE;	Periodicidade do treinamento	a) No período entre a assinatura do contrato e a implantação da solução; b) Quando da introdução de equipamentos novos e diferentes na solução;

c) Quando da
requisição da
CONTRATANTE;

9.6.27 Relatórios Gerenciais:

9.6.28 Deverão ser emitidos relatórios gerenciais de dados estatísticos, mensalmente, para fins de avaliação dos serviços prestados e aferição dos níveis mínimos exigidos;

9.6.29 Para tanto a CONTRATADA deverá executar as atividades abaixo atendendo, no mínimo, aos seguintes níveis de serviços:

Id	Etapas/fase/item	Indicador	Valor Máximo aceitável
17	Emissão de relatórios de consumo de suprimentos;	Prazo: em dias úteis	3
18	Emissão de relatórios sobre manutenções realizadas, com informações de data, equipamento, tipo de manutenção, peças trocadas, tempo de atendimento ao chamado, tempo para resolução do problema etc.;	Prazo: em dias úteis	3
19	Emissão de relatórios diversos, com quaisquer outras informações requisitadas pela CONTRATANTE, relacionadas com o serviço prestado.	Prazo: em dias úteis	8

9.6.30 Da atualização periódica dos equipamentos alocados no ambiente da CONTRATANTE:

9.6.31 A CONTRATADA deverá realizar, quando necessário, a atualização tecnológica de todos os equipamentos disponibilizados, visando sempre manter desempenho, eficiência e eficácia dos equipamentos com a realidade de necessidades requeridas pela CONTRATANTE;

9.6.32 Criação e manutenção de base de conhecimento:

9.6.33 A CONTRATADA deverá manter continuamente, no ambiente da CONTRATANTE, uma base de conhecimento definida pela CONTRATANTE com todas as informações de processos, atividades e tarefas referentes aos serviços, ocorrências de problemas, suas resoluções e lições aprendidas, tempo de resposta e resolução do problema, e qualquer outra informação de interesse da CONTRATANTE que tenha relação com o serviço prestado.

9.6.34 Do aceite mensal dos serviços prestados:

9.6.35 Para aceite do recebimento e posterior encaminhamento ao pagamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Id	Etapas/fase/item	Indicador	Valor aceitável
20	Nota Fiscal/Fatura dos Serviços prestados (NF)	Nota Fiscal/Fatura entregue (Unidade)	NF consolidada determinando o total de impressões aprovado pela CONTRATANTE no

			Relatório Mensal, excluindo os valores glosados por não atendimento aos níveis mínimos de serviço exigidos
21	Serviços prestados aceitos e atestados pela CONTRATANTE	Aceite/Ateste realizado	Termo de Recebimento/Ateste definitivo emitido pela CONTRATANTE
22	A regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA	Verificação realizada pelo CONTRATANTE mediante consulta efetuada junto ao SICAF, ao CADIN e CNDT	Certidões certificadas que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista por parte da CONTRATADA entregues à CONTRATANTE
23	Cumprimento do Nível de Serviço	Relatório entregue (unidade)	Relatório entregue e aprovado pela CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA – Das alterações acréscimos e supressões

10.1. Este contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo ou apostilamento, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

10.2 A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da atualização financeira contratual

11.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d", e § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.2 Para fins de reajuste contratual, utilizar-se-á o Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Rescisão

12.1. A rescisão contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) a rescisão unilateral da qual trata a alínea anterior deve ser concebida com a observância de aviso prévio de 30 (trinta) dias;
- c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da

Administração.

12.2 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas em Lei.

12.3 Constituem motivos para rescisão do Contrato os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93.

12.3.1 Em caso da rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

12.3.2 A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93.

12.4 Poderá ocorrer ainda rescisão contratual para os casos previstos no art. 79 da Lei 8.666/93

Parágrafo único: Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Liquidação

13.1. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente ao objeto/prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

13.2 A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Fonte do Recurso

14.1. A MEJC/EBSERH pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 208.786,00 (Duzentos e oito mil, setecentos e oitenta e seis reais), com recursos consignados para a MEJC/EBSERH através da dotação orçamentária abaixo.

UASG	PTRES	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
155015	109660	339039	6153000300

PARAGRAFO ÚNICO: O valor que trata o caput se refere ao valor total do contrato para o prazo estipulado na cláusula segunda do presente instrumento obrigacional. O valor empenhado poderá ser diferente do apresentado em função da disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Do Pagamento

15.1. A CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal em conformidade, a qual será encaminhada para pagamento após conferência/atesto do objeto;

15.2 Após a devida conferência pelo setor competente o pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e enviada ao Setor de Orçamento, Finanças e Contabilidade da MEJC/EBSERH;

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – Das Sanções

16.1. Em atendimento ao disposto no Art. 20, Inciso IV, da Instrução Normativa nº 04 de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, este item define e detalha de forma clara as sanções administrativas, de acordo com os Arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 1993, juntamente com o Art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

16.2 O descumprimento das obrigações contratuais, dos deveres profissionais oriundos dos contratos, dos procedimentos, das leis, dos regulamentos, das normas, dos padrões técnicos, bem como, o erro intencional, a ação que objetiva fraude ou prejuízo para a União, entre outros comportamentos, eventos e ações poderão levar à aplicação de multas e sanções descritas neste item.

16.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas neste item, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo significativo para a CONTRATANTE;

16.3.2. Multas;

16.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o órgão que tenha aplicado a penalidade, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 por prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.3.4. Impedimento de licitar e contratar adstrito ao âmbito interno do Ente Federativo que aplicar a penalidade com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/02;

16.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

16.4. As multas a que se referem os subitens descritos neste item poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA, e, quando pertinente, os respectivos profissionais, de serem acionados judicialmente pela responsabilidade civil e criminal derivada de perdas e danos junto ao MEJC/EBSERH, decorrentes das infrações cometidas.

16.5. O valor da multa será aplicado, após regular procedimento administrativo, descontado de quaisquer pagamentos eventualmente devidos a CONTRATADA pela CONTRATANTE, ou deverá ser recolhido pela CONTRATADA por meio de GRU, à conta única do Tesouro Nacional, informada pela MEJC/EBSERH, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da comunicação da CONTRATANTE, ou será descontado da garantia de execução do contrato, se existente, ou, ainda, cobrado judicialmente, quando for o caso.

16.6 Ocorrência, Proporcionalidade e Reincidência

16.7. As sanções são classificadas como Leves, Moderadas ou Graves, e pela reincidência poderá ter o grau de severidade aumentado. O grau de severidade das sanções será proporcional ao grau de severidade do evento causador.

16.8 Sanções e Multas – Aplicação do Decreto nº 5.450/2005 e da Lei nº 8.666/1993 subsidiariamente

16.9. Grau de Severidade Leve – Aplicação de Sanção.

16.9.1. L1 – Advertência – Nestes casos, a CONTRATADA deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram à sanção, o grau de severidade será elevado e a CONTRATADA estará sujeita à multa descrita no item M1.

16.10. Grau de Severidade Moderada – Aplicação de Multas.

16.10.1. M1 – Multa de 0,1 % (um décimo percentual) do valor do total do contrato por dia de inadimplência. Nestes casos, a CONTRATADA deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram à multa, o grau de severidade será elevado e a CONTRATADA estará sujeita à multa descrita no item M2.

16.10.2. M2 – Multa de 0,3 % (três décimos percentuais) do valor do total do contrato por dia de inadimplência. Nestes casos, a CONTRATADA deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram à multa, o grau de severidade será elevado e a CONTRATADA estará sujeita às sanções descritas no item M3.

16.10.3. M3 – Multa de 0,5 % (cinco décimos percentuais) do valor do total do contrato por dia de inadimplência. Nestes casos, a CONTRATADA deve adequar-se às exigências contratuais em até 5 dias corridos. Findo o prazo e mantendo-se os motivos que levaram à multa, o grau de severidade será elevado e a CONTRATADA estará sujeita às sanções descritas no item 8.3.3.1.

16.10.4. M4 – Inexecução Parcial – Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso para início da operação dos serviços, caracterizando inexecução parcial.

16.10.5. M5 – Inexecução Total – Multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, no caso de inexecução total do contrato. Entende-se por inexecução total do contrato o atraso superior a 15 (quinze) dias úteis para início da operação dos serviços. A CONTRATADA estará sujeita às sanções descritas no item 8.3.3.1.

16.10.6. A possibilidade de aplicação das multas previstas nos tópicos, M4 – Inexecução Parcial e M5 – Inexecução Total, somente poderão ocorrer no início da execução do contrato.

16.11 Grau de Severidade Grave – Aplicação de Sanção

16.11.1 G1 – Rescisão contratual, e/ou impedimento de licitar e contratar com a união e descredenciamento no SICAF por até 5 (cinco) anos.

16.12 Tabela de Eventos Causadores de Multas e Sanções Parágrafo único: A lista a seguir apresenta um conjunto não exaustivo de eventos causadores de sanções contratuais.

16.13 Para cada evento descrito, uma ou mais sanções poderão ser aplicadas. A tabela a seguir apresenta o relacionamento de eventos e sanções. O número dentro da tabela descreve o número

de vezes (primeira ocorrência e demais reincidências) da ocorrência durante a vigência do contrato (nota-se que, de acordo com os critérios citados no item 9.2, a reincidência aumentará o grau de severidade).

16.14 Das penalidades previstas no Artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005:

Id	Evento	Ocorrência				
		L1	M1	M2	M3	G1
1	Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços.					1ª
2	Deixar de entregar documentação exigida no edital.					1ª
3	Apresentar documentação falsa.					1ª
4	Ensejar o retardamento da execução de seu objeto.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
5	Não manter a proposta.					1ª
6	Fraudar na execução do contrato.					1ª
7	Falhar na execução do contrato.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
8	Comportar-se de modo inidôneo.					1ª
9	Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.					1ª

16.15. Das penalidades previstas no Artigo 78 da Lei nº 8.666/1993:

Id	Evento	Ocorrência				
		L1	M1	M2	M3	G1
10	O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.		1ª	2ª	3ª	4ª
11	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
12	A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
13	O atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
14	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
15	A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no	1ª				2ª

16	edital e no contrato. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
17	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.					1ª

16.16. Das demais penalidades previstas durante a execução do contrato:

Id	Evento	Ocorrência				
		L1	M1	M2	M3	G1
18	Quando a CONTRATADA, no mês, não atingir o Valor Mínimo Aceitável constante do item 6.6 – Níveis de Serviço.	1ª	2ª a 3ª	4ª	5ª	6ª
19	Quando o prestador de serviço da CONTRATADA, dentro das instalações do MEJC/EBSERH, não utilizar crachá de identificação ou não estiver trajando roupas adequadas ao serviço público.	1ª	2ª a 5ª	6ª a 7ª	8ª a 9ª	6ª
20	Quando o preposto ou responsável técnico não apresentar-se em reunião pré-agendada sem justificativa encaminhada e aceita pelo MEJC/EBSERH.	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
21	Quanto for evidenciado que o prestador de serviço da CONTRATADA realizou atividade de quebra ou ameaça de segurança das informações do MEJC/EBSERH, inseriu código malicioso em sistema, inseriu intencionalmente praga digital na rede do MEJC/EBSERH, obteve acesso não autorizado à informação ou sistema.					1ª

16.17 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.18 Recurso / Representação / Reconsideração

16.18.1. Caberá recurso da CONTRATADA, apresentado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato nos casos de aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, bem como, representação e pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, conforme disposto nos incisos II e III do art. 109 da Lei nº 8.666/93, respectivamente.

16.18.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.

16.18.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.18.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.19 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Contagem dos prazos

17.1 Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/1993, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na sede do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da fundamentação legal e da vinculação do contrato

18.1 O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 23/2017, constantes do processo administrativo 23542.000362/2017-25, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Publicidade dos atos

19.1 Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/1993, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Do foro

20.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Justiça Federal de primeira instância – Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



Natal/RN, 25 de fevereiro de 2018.

Luiz Murillo Lopes de Brito

CONTRATANTE

Luiz Murillo Lopes de Britto
Superintendente

Dilson de Anchieta Rodrigues

CONTRATANTE

Dilson de Anchieta Rodrigues
Gerente Administrativo

Neuza de Melo Sobrinho

CONTRATADA

Neuza de Melo Sobrinho

TESTEMUNHAS:

1ª [Assinatura]
CPF: [REDACTED] RG. [REDACTED]

2ª Área Clénia R de Sousa
CPF: [REDACTED] RG. [REDACTED]

CARTÓRIO DE AFOGADOS - 8º DISTRITO JUDICIÁRIO DO RECIFE - PE
Registro Civil das Pessoas Naturais Casamentos e Notas - Rua São Miguel, 116 - Fone: 3428-1357
www.cartorioafogados.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de
NEUZA DE MELO SOBRINHO

que confere c/ o padrão reg. nesta serventia. Dou fé.
Recife, 9 de março de 2018 12:37:31.
Em testemunho da verdade.

João Ferreira da Silva Júnior (Esc. Aut.)
Emol.: R\$ 3,39 TNSR: R\$ 1,40 Total: R\$ 4,79
Selo: 0077503.ISB01201805.02896

Consulte autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital



2000-12-10